

O Congresso acelera as votações

por José Casado
de Brasília

O Congresso Nacional assumiu a ofensiva na cena política. Nas últimas duas semanas, à medida que a crise se foi agravando, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal foram mobilizados em torno de decisões sobre projetos importantes e muito polêmicos, que há meses vinham sendo proteladas.

Existe, é certo, um efeito sazonal — às vésperas do recesso parlamentar há, sempre, um esforço extra de votações, muitas vezes sem êxito. Mas são muitas as evidências de que houve uma articulação e uma orientação consensual para que a pauta de votações fosse cumprida na celeridade e na forma em que está acontecendo.

“O Congresso está, na verdade, tomando a frente na iniciativa política”, observa, por exemplo, o deputado Roberto Campos (PDS-RJ). “Vimos que poderia haver um vácuo e decidimos ocupar o espaço”, acrescenta o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). “O Legislativo está-se esforçando para mostrar à sociedade que é capaz de produzir a solução política negociada para a crise”,

complementa o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

Nas últimas duas semanas, entre outros projetos, votaram-se alguns de grande importância, como as novas normas de concessão de serviços públicos, em que se privilegia o candidato à concessão de serviços que oferecer menor tarifa aos usuários.

Decidiu-se, também, uma mudança radical nas regras das licitações públicas, nas quais se colocou uma série de inovações com o objetivo de inibir a corrupção e o tráfico de influência, além da obrigatoriedade de publicação de todos os resultados no Diário Oficial.

A lista incluiu, ainda, a aprovação de novas regras para o funcionamento dos portos, a concessão de mais poderes de fiscalização ao Tribunal de Contas da União (TCU), as normas da Advocacia Geral da União e a regulamentação da desapropriação de terras para reforma agrária — um item sobre o qual a Constituinte de 1987 passou dois anos discutindo e não chegou a um consenso.

Ontem, na primeira sessão extraordinária neste período tradicionalmente

O Congresso acelera as votações

por José Casado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

dedicado ao recesso, o Congresso aprovou o Plano Plurianual para o triênio 1993/95 — um conjunto de diretrizes, objetivos e metas para despesas da administração pública. E, também, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1993.

O sentimento, entre os parlamentares, é de que a crise política é muito grave e exige uma ação dos congressistas. Isso está evidente até mesmo no tempo reservado aos discursos. Tornou-se freqüente, por exemplo, deputados se inscreverem para falar, na tribuna, e na hora em que recebem autorização da Mesa para começar, pedem que seu discurso seja dado como lido — quase sempre esses textos se referem a coisas banais como votos de louvor.

Aí, então, passam a fazer suas análises sobre a crise ou cedem seu tempo e o microfone ao seguinte na lista de inscritos, que vai criticar o governo.

Nas últimas 72 horas, um em cada três pronunciamentos foi dedicado a pedir a renúncia, “impeachment” ou a simples licença do presidente da República, na esteira das denún-

cias de corrupção. Raríssimos têm sido os congressistas que procuram fazer a defesa do governo.

Do outro lado da praça dos Três Poderes, no Palácio do Planalto, a assessoria do presidente Fernando Collor de Mello está convencida da inviabilidade de negociações políticas amplas, nesta conjuntura em que o governo se acha fragilizado, na defensiva, com poucos e duvidosos aliados (no partido de sustentação, o PFL, há uma dissidência real e crescente).

Isso se refletiu na montagem da pauta do Congresso para este período de convocação extraordinária (ver matéria acima).

O presidente da República convocou e o Congresso se auto-convocou, simultaneamente.

Collor fez uma lista de projetos que pretendia ver votados. Os congressistas usaram de sua autonomia e fizeram sua própria pauta de votações. Ela envolve uma série de projetos importantes, como a antecipação do plebiscito sobre o sistema e a forma de governo.

Mas ficou sem algumas das principais propostas do governo. Entre elas, a de “ajuste fiscal”, que Collor repetidas vezes considerou vital.